

Lucimara Glap
(Organizadora)

Desafios

DA

Educação

NA

CONTEMPORANEIDADE

3



AYA EDITORA
2021

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Organizadora

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Produção Editorial

AYA Editora

Capa

AYA Editora

Imagens de Capa

br.freepik.com

Revisão

Os Autores

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab.
Biomecatrônica - Poli - USP
Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX
Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná
Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul
Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. José Henrique de Goes
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de
Ensino Superior dos Campos Gerais
Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues
Universidade Norte do Paraná
Prof.º Dr. Marcos Pereira dos Santos
Faculdade Rachel de Queiroz
Prof.º Me. Myller Augusto Santos Gomes
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Me. Pedro Fauth Manhães Miranda
Centro Universitário Santa Amélia
Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Instituto Federal do Acre
Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail
Centro de Ensino Superior dos Campos
Gerais
Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens
Faculdade Sagrada Família
Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares
Universidade Federal do Piauí
Prof.ª Ma. Sílvia Apª Medeiros Rodrigues
Faculdade Sagrada Família
Prof.ª Dr.ª Sílvia Gaia
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues
Instituto Federal de Santa Catarina

© 2021 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição Creative Commons 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas desta obra são integralmente de responsabilidade de seus autores.

D4415 Desafios da educação na contemporaneidade 3. / Lucimara Glap
(organizadora) -- Ponta Grossa: Aya, 2021. 250 p. – ISBN 978-65-88580-47-9

Inclui biografia
Inclui índice
Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.
Modo de acesso: World Wide Web.
DOI 10.47573/aya.88580.2.34

1. Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Ensino à distância. 4.
Tecnologia educacional. 5. Letramento. 6. Alfabetização I. Glap, Lucimara. II.
Título

CDD: 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora EIRELI
AYA Editora©**

CNPJ: 36.140.631/0001-53
Fone: +55 42 3086-3131
E-mail: contato@ayaeditora.com.br
Site: <https://ayaeditora.com.br>
Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

Apresentação 10

01

Gênero, multiculturalismo e educação 12

Edilson Damasceno

Eliane Anselmo da Silva

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.1

02

**A construção de valores na instituição escolar
Brasileira 28**

Elizabeth Maria da Penha Gama

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.2

03

**A Construção Social da Infância na Ótica dos
Pensadores da Educação 42**

Paulo Marcos Ferreira Andrade

Solange de Fatima Oliveira

Iolanda Silva Oliveira

Edinei Ferreira da Silva Andrade

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.3

04

**África, afrodescendência e educação: reflexão sobre a
implementação e aplicabilidade da lei n° 10.639/03 ... 50**

Wellington Rodrigues dos Reis Edmundo

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.4

05

Educação para a justiça: conscientização dos direitos e deveres básicos do cidadão 59

Leonardo Augusto de Oliveira Rangel

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.5

06

Perspectivas sobre o uso da linguagem visuoespacial e a visualização do conhecimento na EaD para pessoas surdas 74

Tarcisio Vanzin

Nanci Cecilia de Oliveira Veras

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.6

07

Educação para a diversidade: psicopedagogia e inclusão de pessoas trans no ensino superior..... 84

Gabriela Gomes Freitas Benigno

Carlos Diogo Mendonça da Silva

Sônia Maria Soares de Oliveira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.7

08

Ensino público no contexto da pandemia covid-19..... 108

Edileusa Camargo da Silva

Gina Denisa Pancera

Michelle Camila da Silva

Olga da Silva Serrano

Rosimeire de Freitas Silva

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.8

09

Lugar de discussão é na sala de aula: reflexões sobre a prática da argumentação no desenvolvimento do pensamento crítico 112

Rosita Maria Bastos dos Santos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.9

10

Abordagem crítica acerca da práxis docente para educação ambiental face as diretrizes curriculares nacionais..... 125

Maísa Pereira Gonçalves

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.10

11

Oficina de discussão sobre educação sexual, uma estratégia de prevenção das infecções sexual transmissíveis entre os jovens..... 135

Matheus Fernandes de Souza

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.11

12

A fusão do alfabetismo e letramento e sua importância no processo de ensino 149

Giovana Santana Ribeiro

Ivani Regina Rodrigues

Marilda Marchi da Silva Teixeira

Monica Regina Ferraz do Nascimento

Reginalda Ferreira Louro Cardoso

Sandra Marisa Rodrigues de Camargo

Sidinei Alves

Silvana Soares Guizolfi Vieira

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.12

13

Caracterizando a figura do professor dinamizador de artes na educação infantil: o caso de Vitória – capital do estado do Espírito Santo 155

Frankues Giovani Loreto

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.13

14

Educação inclusiva: alunos portadores de síndrome de Down..... 163

Alexandra Rodrigues de Arruda

Aline Terezinha Dias Moraes

Kelly Franco Henkes

Luciana Pereira Franco

Márcia Maria de Barros

Márcia Pereira de Souza

Regiane Diniz Espinosa de Almeida

Viviane Ribeiro dos Santos

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.14

15

Marco metodológico: pesquisa em escola, aspectos teóricos e práticos a fim de compreender as relações de aprendizado do aluno com surdez..... 169

Jefferson Aristiano Vargas

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.15

16

Uso das novas tecnologias no ensino: inteligência artificial 182

Leonardo Rodrigo Siqueira da Fonseca

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.16

17

Compondo uma história: um prelúdio acerca do ensino de piano no Brasil 195

Fernanda Morales dos Santos Rios

Josiane dos Santos Silva

Jackeline Barcellos Teixeira Nascimento

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.17

18

A formação inicial do Pedagogo, na modalidade a distância, no espaço hospitalar: uma revisão sistemática sob a ótica do Methodi Ordinatio 204

Lucimara Glap

Antonio Carlos Frasson

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.18

19

Aspectos teóricos sobre as contribuições da atividade experimental para o ensino e aprendizagem da matemática 215

Janaina de Nazaré Borges Freitas

Valéria Castelo Branco de Sousa

Edenil Quaresma Souza

Marcelo Robson Sousa Pereira

Daniel Melo da Silva Junior

Nayara França Alves

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.19

20

Vivência musical dos pedagogos nas creches e pré-escolas 228

Vânia Bolba Cardoso

Rogério Alves Gomes

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.20

21

Educação: evasão escolar 241

Elaine Aparecida Saraiva Batista

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.21

Organizadora 243

Índice Remissivo 244

Apresentação

“A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria.”

Paulo Freire

Apresentar um livro é sempre uma alegria e ao mesmo tempo um desafio que se apresenta, principalmente por nele conter tanto de cada autor, de cada pesquisa, suas aspirações, suas expectativas, seus achados e o mais importante de tudo a disseminação do conhecimento produzido cientificamente.

Deste modo, não poderia deixar de escolher uma epígrafe que melhor viesse ao encontro com o que se propõe o volume 3 da Coletânea **“Desafios da Educação na Contemporaneidade”**, pois o ensinar e aprender estão presentes cotidianamente na vida de cada pesquisador aqui presente.

Este volume traz vinte e um (21) capítulos com as mais diversas temáticas e discussões, as quais comprovam mais uma vez a necessidade de repensarmos os espaços destinados à disseminação do conhecimento. Sejam eles representados pela discussão presente nas produções científicas sobre o viés do trabalho pedagógico; sobre a educação inclusiva; questões de gênero e multiculturalismo; questionamentos sobre quais valores constroem-se na escola brasileira; a importância da construção da infância sem perdermos de vista a teoria alicerçada pelos ilustres pensadores da nossa educação brasileira; questões de discussão, que ainda em pleno século XXI se fazem necessárias, sobre a lei 10.639/03 (afrodescendentes) trago o “ainda” até porquê já deveríamos ter incorporado estas questões ao cotidiano da escola; educar para a justiça, ou seja, para que reconheçamos a necessidade da conscientização dos direitos e dos deveres dos sujeitos enquanto cidadãos; a importância da linguagem visuoespacial e a visualização do conhecimento na EaD para pessoas surdas, e também nesta mesma linha as relações de aprendizado com alunos com surdez a fim de realizar um levantamento sobre a metodologia utilizada para os mesmos; reflexões importantes trazidas no artigo que discute a educação para a diversidade de pessoas trans do Ensino Superior, comprovando mais uma vez a necessidade do princípio da equidade em educação e das longas discussões que se ampliarão sobre o tema para que realmente haja uma inclusão real dos sujeitos; a reflexão do momento atual traduzido no artigo sobre a ensino público no contexto da pandemia; a importância da argumentação e do desenvolvimento crítico dos alunos em sala de aula, até para que possam superar alguns discursos rechaçados de discriminação e homofobia; a educação ambiental e as diretrizes curriculares nacionais, ou seja, quais caminhos se cruzam ou se bifurcam sobre estas questões; a fusão entre o analfabetismo e o letramento e sua importância

no processo de ensino, aqui não poderia deixar de mencionar que este processo é um dos principais entraves, ainda presentes no cotidiano escolar; a importância da inteligência artificial enquanto um instrumento disponível para o favorecimento do ensino aprendido; a arte retratada na história do piano no Brasil; a formação inicial do pedagogo no espaço hospitalar produções científicas acerca do tema; as contribuições da atividade experimental para o ensino e aprendizagem da matemática; a vivência musical dos pedagogos nas creches e pré-escolas e por fim, um estudo sobre a evasão escolar a qual a inda é, sem dúvida, uns dos maiores desafios enfrentados por gestores e professores

Por esta breve apresentação percebe-se o quão diverso, profícuo e interessante são os artigos trazidos para este volume, aproveito o ensejo para parabenizar os autores aos quais se dispuseram a compartilhar todo conhecimento científico produzido.

Espero que de uma maneira ou de outra os leitores que tiverem a possibilidade de ler este volume, não saiam ilesos ao término.

Boa leitura!

Prof.^a Ma. Lucimara Glap

África, afrodescendência e educação: reflexão sobre a implementação e aplicabilidade da lei n° 10.639/03

Wellington Rodrigues dos Reis Edmundo

Professor da Rede Pública Municipal de Ensino de Hidrolândia/Goias, Licenciado em História e em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica e em Neuropedagogia Aplicada à Educação, Mestrando em Educação pelo PPGEDUC da Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

DOI: 10.47573/aya.88580.2.34.4

RESUMO

A Lei no 10.639 que tornou obrigatório a inclusão de conteúdos programáticos, sobre a história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares fundamentais e médios de instituições de ensino públicas e privadas do Brasil, constitui um marco na história da educação nacional. O Brasil experimenta uma nova era: o reconhecimento social da importância da cultura africana e afrodescendente para a construção da sua identidade sociocultural. Porém, a lei tem permeado apenas os discursos ideológicos, pois sua prática ainda não tem sido adotada em grande parte das escolas brasileiras. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo investigar e analisar, a implementação e o cumprimento da legislação supracitada e suas implicações à prática pedagógica e ao processo ensino-aprendizagem escolar. Do ponto de vista metodológico, optou-se pela pesquisa bibliográfica. O processo investigativo alicerça-se em uma visão dinâmica e dialética da educação e dos processos educativos, e visa contribuir para a ressignificação de conceitos relacionados a história e a cultura brasileira.

Palavras-chave: África. afro-brasileira. lei. cultura.

Abstract

Law No. 10.639, which made it mandatory to include syllabus on the history of Africa and Afro-Brazilian culture in the fundamental and secondary school curricula of public and private educational institutions in Brazil, constitutes a milestone in the history of national education. Brazil experiences a new era: social recognition of the importance of African and Afro-descendant culture for the construction of its sociocultural identity. However, the law has only permeated ideological discourses, as its practice has not yet been adopted in most Brazilian schools. In this sense, this work aims to investigate and analyze the implementation and compliance with the aforementioned legislation and its implications for pedagogical practice and the school teaching-learning process. From a methodological point of view, we opted for bibliographical research. The investigative process is based on a dynamic and dialectical view of education and educational processes, and aims to contribute to the redefinition of concepts related to Brazilian history and culture.

Keywords: Africa. afro-brazilian. law. culture.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A criação da Lei nº 10.639 que tornando obrigatório a inclusão de conteúdos programáticos sobre a história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares fundamentais e médios de instituições de ensino públicas e privadas do Brasil constitui um marco na história da educação nacional. O Brasil experimenta uma nova era: o reconhecimento social da importância da cultura africana e afrodescendente para a construção da sua identidade sócio-cultural.

Estudar e compreender a pluralidade e diversidade cultural do povo brasileiro tornou-se imprescindível para desmistificar a visão europeia civilizadora do branco, como preceptor do progresso e da tecnologia.

Dentre o mito das três raças formador do povo brasileiro, o negro e o índio, sofrerão um longo processo de embranquecimento da subjetividade e um intenso processo de explorações econômicas, que fizeram destes em muitos casos excluídos do processo social, sendo marginalizados pelos grupos dominantes, e tendo seus papéis relegados a um plano inferior sendo vítimas de caracterizações de estereótipos com distorções grosseiras de suas verdadeiras realidades.

O tráfico negreiro desenvolveu durante um grande período a migração forçada do negro para o Brasil na condição de escravo. A escravidão africana provocou a extensão territorial do negro e de suas manifestações culturais para diversas regiões brasileiras.

O Brasil é um dos poucos países da contemporaneidade que possui sociedades multiétnicas. Sendo também o segundo país com maior população negra perdendo apenas para a Nigéria, mais da metade da população brasileira é composta por negros e mestiços. Apesar disso o negro ainda enfrenta no Brasil em pleno século XXI grandes dificuldades em âmbito econômico, social, educacional e principalmente religioso.

O povo negro se transformou em grupo social que tem procurado desenvolver sua singularização racial em relação aos demais grupos sociais que coabem o mesmo território que o seu, procurando assim diluir-se no corpus geral da sociedade brasileira.

Nossa história só pode ser compreendida a partir da análise e compreensão da história africana. Estudar, compreender e analisar as manifestações culturais africanas e afro-brasileiras é mais que um altruísmo, é proporcionar abordagens e discussões em âmbito social e educacional da importância da oficialização e da reemergência dos quadros simbólicos e místicos e culturais dos povos afro-brasileiros.

Os africanos são os colonizadores culturais do Brasil, são portadores dos conhecimentos e das técnicas que viabilizaram economicamente a sociedade brasileira ao longo de sua história (SILVA; GOMES: 2006).

ÁFRICA, AFRODESCENDÊNCIA E EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS E DISTANCIAMENTOS

A lei nº 10.639 vem preencher uma lacuna presente na educação nacional, pois possibilita aos educadores e aos educandos a reflexão e a compreensão da história dos africanos e suas interfaces com a cultura nacional, levando o indivíduo a problematizar a desigualdade racial

presente na sociedade brasileira e as ações afirmativas negras, fermentando o debate e a sensibilização das pessoas, formando assim consciências transformadoras da realidade social que se impõe no universo das relações étnicas brasileiras.

A trajetória da história das práticas pedagógicas educacionais brasileiras relacionam-se com os aspectos econômicos, políticos e culturais do país. Segundo SANDER (2005, p. 91), “(...) atos e fatos econômicos, políticos e culturais que influenciaram os destinos de nossa história nacional, marcaram a orientação da educação brasileira”.

A educação brasileira pode ser dividida segundo SANDER (2005) em cinco grandes momentos:

- 1º momento – da Colonização;
- 2º momento – da Ordem e Progresso;
- 3º momento – dos Pioneiros da Educação;
- 4º momento – da Economia da Educação;
- 5º momento – da Construção da Democracia.

Como o próprio nome diz o momento da colonização inicia-se com o processo de colonização do Brasil por Portugal em 1500. Transfere-se da Europa para o Brasil conhecimentos e práticas sócio-educacional, por intermédio de uma política educacional intitulada como “pública” a educação é delegada inicialmente aos missionários da Companhia de Jesus.

Segundo Sander (2005, p. 95), a educação “era uma política pública confessional que utilizava os sacerdotes religiosos para formar os alunos, para a obediência e respeito a Deus e a autoridade constituída monarquicamente”.

A educação brasileira no período colonial encontrava-se ligada ao pensamento pedagógico da Igreja Católica caracterizando as práticas pedagógicas educacionais brasileiras como um “escolasticismo católico”.

Mesmo assumindo um caráter público a educação colonial era direcionada primordialmente às classes sociais dominantes, sendo ofertada a uma minoria da elite política e do clero. A família real portuguesa não manifestava interesses pessoais nem políticos de ampliação do sistema educacional. Houve tentativas de mudanças e alterações nas práticas pedagógicas nesse período, mas nenhuma obteve êxito.

O segundo momento da história educacional brasileira é o da ordem e progresso que se iniciou com a República. As práticas pedagógicas foram reformadas e alicerçadas nos princípios positivistas Francês.

SANDER (2005, p. 91) nos esclarece que:

É assim que as perspectivas iniciais de administração escolar da Primeira República deram origem a modelos dedutivos e a práticas que revelam uma preocupação da ordem, do respeito e da harmonia em sala de aula, no funcionamento das escolas e na gestão político-institucional dos sistemas de ensino, ordem, disciplina, controle centralizado e uniformização de comportamentos e práticas eram os requisitos fundamentais das escolas e dos sistemas de ensino e da própria administração pública daquela época.

Diversos movimentos internacionais influenciaram a organização e administração da educação brasileira por várias décadas. Currículos enciclopédicos e metodologias empíricas também são características desse período.

Influenciado pelo movimento brasileiro de reação a teorias sociais que dominavam a produção intelectual na Europa e nos EUA, emerge no cenário educacional brasileiro o momento dos pioneiros da educação.

Esse momento encontra-se ligado a semana de arte moderna, a escola nova, a criação do Ministério da Educação pelo presidente Getúlio Vargas e a criação da Lei Francisco Campos, que “[...] marcou a história da legislação educacional brasileira, consagrando a liberdade de ensino e legitimando formalmente a iniciativa privada [...]” (SANDER, 2005, p. 98).

O quarto momento é o da economia da educação. As políticas públicas de administração e organização educacional brasileiras encontravam-se ligadas desde o seu início a influências e investimentos externos.

O período da economia da educação é caracterizado pelo planejamento governamental e educacional, é a fase desenvolvimentista da educação. A educação é vista como fator de crescimento econômico, de desenvolvimento técnico e o mais importante meio de seleção e ascensão social.

Porém os investimentos aplicados na educação em um período curto de tempo não trouxe os resultados esperados em nível de crescimento econômico, progresso tecnológico e desenvolvimento sustentável com equidade e justiça social.

O que faltou á fase desenvolvimentista da educação brasileira foi um compromisso prioritário e contínuo com a formação para a cidadania, a defesa dos direitos humanos e a promoção da equidade e da participação popular (SANER, 2005, p. 101).

A educação crítica e libertadora caracteriza o quinto momento. Sob a influência do pensamento freiriano a educação resgata o respeito aos direitos humanos, a defesa do meio ambiente e a qualidade de vida. De acordo com Silva; Gomes (2006, p. 10), assim como os pensadores brasileiros progressistas:

[...] apenas reconheceu a existência de negros e índios como um preâmbulo para as relações sociais brasileiras, mas sem entrar no âmago dos significados dessa existência. O negro funciona como “coisa” do passado, aparecendo diluído no presente como povo ou grupo popular, não como seres concretos das relações sociais. O silêncio só era quebrado para alimentar uma confusão conceitual muito bem elaborada pela Casa Grande. Misturava-se a existência biológica com inexistente mistura econômica e política, a ideologia da mestiçagem que joga um suposto papel de pacificadora das populações e distribuidora de igualdade de oportunidades sociais entre as etnias.

Hoje a educação vivencia uma nova experiência que vai além das aspirações de Paulo Freire é a educação inspirada no reconhecimento da pluralidade étnica e cultural, reconhecendo os africanos e afrodescendentes como sujeitos históricos pertencentes da história e das relações sociais brasileiras.

A inclusão das percepções étnicas nos currículos escolares nos permite segundo:

[...] melhor focar a persistente contribuição nacional que na história te africanos escravizados, explorados e desconsiderados como parte da humanidade, bem como europeus escravizadores criminosos donos de tudo e considerados como parte única da humanidade. Permite-nos também compreender como o cotidiano histórico nacional mantém e

transforma essa desigualdade inicial em outros no presente. Cabe notar que não se trata de um problema apenas de raça biológica ou social, mas de relações sociais com a especificidade ética. Também não é apenas um problema de poder aquisitivo dos atores sociais individualmente. A luz da história temos um problema de dominação étnica e estamos sem uma história que pudesse nos explicar as origens africanas para podermos daí entender a realidade dos afrodescendentes e, portanto, a realidade da sociedade brasileira que provoca as hierarquias sociais de negros e brancos, de negros permanentemente pobres e brancos das diversas classes sociais (SILVA; GOMES, 2006, p. 11).

No dia nove de janeiro de 2003 foi aprovada a lei 10.639 que institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos programáticos sobre a história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares fundamentais e médios de instituições de ensino público e privados do Brasil. Segundo o texto da lei estariam inclusos também, a luta dos negros para a formação da sociedade nacional.

Essa lei resulta de um processo no qual diversos agentes sociais atuaram pra a sua concretização e fomenta discussões urgentes e necessárias sobre o resgate dos valores civilizatórios africanos e das influências dos africanos e dos afrodescendentes no processo de formação da identidade sócio-cultural brasileiro.

A educação possui papel social de irrelevante importância, pois fomenta sensibilidades e prolifera conhecimentos sistematizadores e qualificadores das temáticas culturais afro-brasileiras e da história da África para o combate ao racismo nas instituições educacionais e nas esferas sociais.

A lei coloca em prática a urgente e necessária formação de sujeitos históricos críticos e reflexivos pautados na compreensão e vivência dos propósitos legais e políticos adotados pelo Brasil, colocando-os frente a frente com a realidade étnica, política, cultural e das questões raciais brasileiras desfazendo e desmistificando conceitos velhos e ultrapassados relacionados a questões étnicas raciais.

Os conteúdos trabalhados nas escolas segundo a lei deverão ir além da visão preconceituosa e racista trabalhada até então. Deveram ser traçados panoramas, histórico-cultural-político-econômico dos povos africanos, enfatizando a diversidade cultural e étnica bem como as riquezas do continente antes da chegada dos colonizadores e a trajetória da população africana e afrodescendente na sociedade brasileira.

A lei n° 10.639 vem preencher lacunas existentes nos currículos escolares e apontar omissões, presentes no tratamento e disseminação, da história, da cultura, do trabalho e da resistência negra no Brasil.

A educação possui o papel de (re)educar, sensibilizar e formar uma nova sociedade brasileira, que seja consciente da importância e da necessidade de respeitar e valorizar a história da identidade brasileira.

Porém mesmo com a criação da lei n° 10.639 o ensino da cultura africana e afrodescendente tem sido desprezados e relegados a papéis secundários nos conteúdos trabalhados em sala de aula, como se a cultura negra estivesse relacionada apenas com tráfico negreiro. Nesse sentido “negros e africanos constituem-se dessa maneira sinônimo de um povo cuja identidade é ter sido escravizados (SILVA; GOMES; 2006, p. 23).

A única imagem que temos dos negros são as relacionadas com o tráfico negreiro, que

movimentava a economia do país, não o vemos como um povo rico, com diversidades sócio-culturais e com características culturais próprias.

Intolerância, preconceito, exclusão, segregação e marginalização são alguns dos conceitos que ainda caracterizam a cultura africana e afrodescendente no Brasil. É interessante observarmos que as raízes africanas embora ignoradas por uma grande parcela da sociedade, permanece com assombrosa vitalidade no solo cultural brasileiro.

A criação da lei nº 10.639 é sem dúvida um grande avanço na legislação brasileira, é um desafio vencido, é uma conquista, porém experienciamos um desafio ainda maior chamado eficácia plena da lei, ou seja, a aplicabilidade e produção de seus efeitos (lei) em seu grau máximo.

Decifrar nossa história e compreender nossa identidade cultural requer avanços no estudo da história africana e afrodescendente. No estado democrático a aplicação de leis não é tarefa apenas das instâncias legislativas e da administração pública, mas também a integração e participação ativa da sociedade civil, que deve fiscalizar e exigir o cumprimento e aplicação das leis criadas e sancionadas pelo grupo gestor nacional. Leis apenas não bastam, medidas legais não são suficientes devemos lutar pela sua execução.

A ausência da história africana e afrodescendente se legitima graças ao preconceito, a ignorância e principalmente a diversas formas de controle social e de dominação ideológica, onde constrói-se uma identidade nacional brasileira despida de conteúdos raciais, graças ao processo de embranquecimento iniciada por uma parcela da sociedade brasileira no século XIX.

Apesar das lutas sociais negras a legislação anti-racista, embora seja uma conquista, não garante a execução de práticas educacionais que contemplem as necessidades dos afrodescendentes nas instituições educacionais brasileira.

A historiografia brasileira referente aos afrodescendentes e as questões étnico-raciais trabalhadas nas propostas curriculares das instituições de ensino brasileiras ainda referem-se ao negro apenas nas temáticas relacionadas a escravidão e a dominação cultura portuguesa, são raros os livros que abordam a rica bagagem cultural trazida pelos africanos, a resistência negra e as relações raciais nas lutas pelos direitos e pela cidadania como nos orienta a lei.

A historiografia oficial ainda tem sido alicerçada em bases preconceituosas, racistas e discriminatórias. Os livros didáticos de História que são utilizados nas escolas brasileiras como uma das principais ferramentas didático-pedagógicas ainda apresentam grandes lacunas e omissões a história da África e afrodescendente.

Hoje em dia possuímos diversos livros ao nosso alcance que trabalham com as temáticas negras para além das relações escravagistas, porém muitos professores tem se acomodado com os livros adotados pelas instituições de ensino, tendo dificuldades de aprofundarem seus estudos em outros materiais e livros.

A maioria dos textos e ilustrações sobre a África presente nos livros didáticos de história do Brasil retratam apenas a pobreza, as desigualdades econômicas e sociais africanas, desprezando o desenvolvimento de articulações que abordem as especificidades sócio-culturais e histórico-religiosa dos povos africanos. Os textos também não contemplam as pesquisas e estudos recentes sobre a História e cultura africana e de seus descendentes.

Observa-se também uma grande deficiência na formação dos professores, pois muitas universidades ainda não incluíram a História da África em suas grades curriculares. Como ensinar então o que não se sabe?

As escolas retratadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais são caracterizadas por diferentes instrumentos e processos de aprendizagem que permeiam desde matérias didático-pedagógicas, o processo de avaliação e a participação social do aluno e do professor, essas novas visões de aprendizagem influenciam as renovações curriculares que muitas vezes não se efetuem, existindo um grande distanciamento entre os currículos confeccionados por especialistas e os currículos adotados e trabalhados nas salas de aula.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de História orienta a disciplina como sendo uma das responsáveis pela construção da identidade, sendo necessária para sua execução a análise de questões sócio-políticas e culturais do Brasil. Auxiliando o aluno a desenvolver noções de reflexão e transformação da sociedade. Oferecendo diversas possibilidades de discussões, análise e inclusão de temáticas étnico raciais nos currículos, contribuindo dessa forma a concretização de noções de cidadania e identidade.

A educação democrática de qualidade e pautada no respeito e na igualdade étnica é um direito do cidadão garantido pela Constituição. O estudo de assuntos decorrentes da história e cultura afro deve ser componentes dos estudos do cotidiano escolar, uma vez que os alunos tornam-se capazes de construir relações ético-sociais e pedagógicos.

Contudo, o ensino das relações étnico-raciais nas escolas brasileiras é uma medida preventiva fundamental contra o favorecimento da discriminação. O referido trabalho vem destacar, no entanto, que as experiências e contribuições históricas dos afro-brasileiros têm sido trabalhadas como um mundo à parte da realidade nacional, por este motivo, é fundamental entendê-las enquanto realidade social, produtora da própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se por intermédio desse trabalho refletir sobre a importância da aplicabilidade da Lei nº 10.639 para a construção de uma educação cidadã crítica e reflexiva. Durante a sua escrita compreendemos a importância da criação e da legitimação de espaços voltadas a problematização da cultura africana e afro-brasileira nos sistemas educacionais, para uma formação plena e integral dos educandos.

Por meio das análises e reflexões, desenvolvidas através das leituras, problematizações realizadas durante o desenvolvimento da escrita desse trabalho, pode-se evidenciar de forma concreta a importância da cultura africana para a formação da identidade cultural brasileira e da necessidade da reflexão em torno dessa temática nos sistemas educacionais nacionais.

Dessa forma, cabe a escola desenvolver suas ações educativas alicerçadas em conteúdos e prática transformadora, que oferece e proporciona ao aluno espaços para o processo de compreensão de suas raízes culturais. A educação deve estar a serviço da libertação do oprimido das algemas do sujo da segregação.

À escola cabe promover e oferecer uma educação de qualidade a todos e para todos os

sujeitos. Oferecendo assim aos alunos, processos ensino-aprendizagem, vivências e experiências repletas de sentidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acessado em 15 de junho de 2021.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 10 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, Marilena da; GOMES, Uene José (org). África, Afrodescendência e Educação. Goiânia: Ed UCG, 2006.

SANDER, Benno. Políticas Públicas e gestão democrática da educação. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Coleção Polêmicas do nosso tempo. 32ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

Organizadora

Lucimara Glap

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia (UTFPR). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Licenciatura em Pedagogia (UEPG). Membro do Grupo de Pesquisa: Educação a Distância - formação docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. Coordenadora do Polo de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil (UAB) do município de Ponta Grossa. Professora da Faculdade Santana dos Cursos de: Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Filosofia.

Índice Remissivo

A

adesão 65, 66, 117, 125, 126, 131, 132
adolescentes 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 151, 241
África 31, 32, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 136
afro-brasileira 50, 51, 54, 56
alfabetismo 148, 149, 152
alfabetização 22, 149, 150, 151, 152, 153
alunos 18, 19, 20, 21, 25, 52, 56, 57, 62, 76, 99, 100, 109, 110, 114, 115, 121, 126, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 150, 151, 152, 153, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 174, 175, 176, 177, 179, 183, 184, 185, 188, 190, 191, 200, 241
ambiental 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133
ambiente 24, 42, 46, 53, 85, 86, 89, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 120, 127, 128, 129, 130, 132, 137, 149, 151, 152, 156, 166, 167, 174
antropologia 12
aplicabilidade 49, 55, 56, 142, 156
aprendizado 31, 68, 75, 77, 85, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 114, 144, 149, 151, 152, 157, 159, 163, 168, 176, 191, 196, 198, 199
aprendizagem 32, 36, 42, 44, 46, 48, 50, 56, 57, 70, 75, 80, 85, 88, 89, 93, 95, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 113, 118, 119, 120, 122, 130, 137, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 165, 166, 167, 169, 183, 184, 185, 191, 192, 196, 198, 199, 201, 205, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 233, 234, 235
argumentação 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123
artes 154, 155, 158, 161, 197
aula 13, 14, 16, 18, 20, 21, 25, 52, 54, 56, 96, 97, 104, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123, 152, 158, 166, 174, 184, 185, 191, 192, 193, 200, 241

B

brasileiras
brasileiros 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 85, 106, 160
brasileiro 51, 53, 54, 55, 64, 69, 71, 85, 86, 88, 103, 104, 160, 175, 183

C

cidadão 43, 47, 56, 58, 59, 62, 63, 67, 70, 128, 164, 166
comunidade 12, 13, 19, 25, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 38, 79, 92, 109, 115, 127, 128, 129, 130, 173, 186, 187
conceitos 17, 20, 21, 28, 29, 42, 43, 45, 50, 54, 55, 70, 76, 94, 105, 150, 151, 165, 166, 186, 187, 199
conhecimento 14, 20, 24, 25, 29, 32, 35, 36, 45, 46, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 85, 89, 92, 93, 97, 98, 99, 101, 103, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 122, 123, 128, 129, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 157, 158, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 196, 199

contemporaneidade 12, 13, 14, 18, 23, 24, 29, 51
creches 62, 227, 228, 233, 234, 235, 236
criança 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 69, 109, 110, 117, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 165, 166, 241
criatividade 151, 169, 180, 195
crise 19, 23, 28, 34, 35, 39
crítica 18, 25, 39, 53, 56, 65, 66, 72, 91, 122, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 133, 184
cultural 12, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 51, 53, 54, 55, 56, 70, 77, 86, 88, 91, 93, 98, 100, 103, 117, 122, 152, 159, 184, 185
Curricular 12, 42, 50
curriculares 13, 55, 56, 86, 87, 89, 105, 113, 124, 125, 126, 160

D

debate 112
dênero 11, 24, 25, 26, 87, 90, 94, 104, 105, 106
desigualdade 29, 51, 54, 59, 60, 65, 66, 68, 105, 110, 241
dinamizador 154, 155, 156, 157, 159
direito 42, 47, 56, 60, 61, 62, 68, 70, 71, 86, 88, 89, 90, 92, 102, 104, 128, 163, 164
direitos 15, 16, 19, 24, 43, 53, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 68, 69, 87, 88, 89, 90, 91, 106, 109, 129, 163, 164, 167
diretrizes 57, 61, 87, 88, 104, 124, 125, 138, 190, 201
disciplina 33, 39, 52, 56, 120, 129, 131, 152, 155, 159, 184
diversidade 24, 30, 51, 54, 76, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 102, 104, 105, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 128, 166, 167, 192
docente 12, 14, 100, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 150, 156, 159, 166, 242
Down 162, 163, 164, 165, 166, 167

E

ead 74, 84
EaD
ead 73, 75, 76, 80
educação 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 25, 26, 28, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 113, 114, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 166, 167, 169, 175, 176, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 201
educação à distância 74, 75, 76, 80, 84, 109
educação infantil 42, 47, 61, 62, 149, 154, 155, 158, 160, 175, 201
educação sexual 87, 104, 134, 135, 137, 143, 146
educacionais 18, 20, 23, 28, 52, 54, 55, 56, 61, 85, 87, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 108, 156, 167, 174, 176, 190, 192, 196
ensino 45, 46, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 68, 69, 70, 71, 75, 83, 84, 87, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 118, 119, 120, 121, 123, 126, 127, 128, 130, 135, 137, 142, 144, 145, 148,

149, 150, 153, 157, 158, 159, 163, 164, 166, 167, 169, 174, 175, 176, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 241, 244

ensino regular 163, 174, 179, 197

ensino superior 83, 84, 97, 98, 103, 105, 189

escolar 13, 16, 18, 19, 25, 27, 28, 29, 38, 48, 50, 52, 56, 62, 70, 85, 87, 89, 96, 97, 98, 103, 105, 106, 109, 123, 126, 129, 132, 133, 137, 144, 145, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 163, 166, 167, 169, 174, 176, 184, 188, 192, 193, 240, 241

ética 15, 24, 28, 29, 30, 31, 54, 94, 125, 126, 129

experimento 215, 221

F

família 22, 29, 34, 37, 38, 40, 44, 52, 61, 70, 78, 108, 109, 110, 117, 137, 143, 150, 151, 152, 163, 164

formação 13, 15, 22, 28, 32, 38, 39, 42, 45, 48, 53, 54, 56, 61, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 85, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 99, 100, 106, 125, 128, 129, 131, 132, 144, 150, 151, 152, 155, 158, 159, 164, 166, 167, 185, 196, 242

G

gênero 17, 18, 19, 21, 22, 23, 35, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 102, 104, 105, 117, 138, 139, 145

gestores 108, 109, 157, 167, 176, 177, 189, 190

globalização 12, 19, 22, 23, 59, 70

H

hábitos 125, 132, 197

história 13, 15, 16, 23, 24, 29, 32, 35, 36, 37, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 63, 65, 67, 68, 70, 72, 78, 90, 101, 102, 106, 116, 176, 187, 192, 193, 194, 196, 199

I

IA 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192

ideias 23, 25, 35, 44, 46, 48, 61, 70, 77, 86, 101, 112, 113, 115, 116, 119, 122, 130, 156, 157, 173, 185, 187, 200

implementação 49, 50, 68, 138, 140, 141, 143, 144, 147, 153

inclusão 50, 51, 53, 54, 56, 75, 83, 86, 87, 89, 99, 128, 137, 151, 163, 164, 166, 167, 169, 174, 177, 178, 179

infância 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 161

infantil 42, 46, 47, 61, 62, 149, 154, 155, 157, 158, 160, 175, 199, 201, 241

instituição 27, 28, 29, 34, 45, 60, 62, 64, 71, 100, 105, 106, 120, 152, 175, 177, 190, 192

inteligência 45, 166, 181, 182, 183, 186, 188, 189, 193

inteligência artificial 181, 182, 183, 186, 188, 189

ISTs 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 147

J

juvens 14, 26, 128, 134, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 175, 198
justiça 29, 31, 35, 53, 58, 59, 60, 68, 122, 128

L

lei 17, 34, 36, 49, 50, 51, 54, 55, 61, 103, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 160, 163
letramento 148, 149, 150, 152, 153
linguagem 46, 63, 66, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 84, 96, 113, 116, 117, 118, 119, 122, 123, 165, 166, 171, 188, 197

M

matemática 12, 28, 42, 50, 59, 74, 84, 108, 112, 125, 135, 149, 155, 163, 182, 195, 204, 215, 228, 241
métodos 135, 137, 140, 142, 144, 147, 150, 170, 180, 184, 187, 190, 191, 192, 195, 196, 199, 200
moral 13, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 44
multiculturalismo 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19
música 197, 198, 200, 201, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239
musical 196, 197, 198, 199, 200, 201, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238

N

nacionais 22, 23, 56, 64, 87, 124, 125, 160, 172
necessidades 29, 43, 47, 55, 62, 65, 77, 81, 100, 101, 129, 166, 167, 184, 185, 191

O

online 12, 25, 31, 34, 39, 40, 108
Organização 12, 28, 42, 50, 59, 74, 84, 108, 112, 125, 135, 149, 155, 163, 182, 195, 204, 215, 228, 241
Organização Curricular 12, 28, 42, 50, 59, 74, 84, 108, 112, 125, 135, 149, 155, 163, 182, 195, 204, 215, 228, 241

P

paciente 32, 136, 166
pedagogia 42, 43, 46, 48, 71, 97, 113, 122, 123, 195, 198, 199, 200
pedagogos 156, 227, 228
peleiras trans 83, 85, 92, 94, 95, 96, 97, 102, 103
piano 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 215, 228
Pós-graduação 242
prática 12, 13, 14, 18, 25, 50, 54, 56, 68, 69, 71, 92, 98, 99, 111, 112, 113, 115, 117, 120, 126, 127, 129, 152, 153, 157, 158, 185, 196, 198, 199, 200, 201
práticas pedagógicas 26, 52, 89, 133, 153, 195, 196, 198
práxis 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 196
pré-escolas 62, 157, 227, 228, 233, 235, 236

prelúdio 194

prevenção 98, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 144, 145, 146, 147, 190

processo 12, 13, 14, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 32, 35, 36, 38, 43, 45, 46, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 59, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 88, 91, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 113, 114, 118, 119, 120, 121, 128, 129, 130, 132, 137, 142, 144, 148, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 163, 164, 166, 167, 169, 170, 173, 174, 175, 178, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 198, 199, 200, 201

produção 18, 19, 24, 29, 33, 34, 37, 44, 53, 55, 64, 86, 112, 122, 152

professor dinamizador 154, 155, 156, 157, 159

professores 13, 14, 20, 21, 48, 55, 56, 61, 96, 97, 98, 100, 106, 108, 109, 110, 129, 137, 144, 145, 152, 157, 159, 160, 166, 167, 174, 176, 177, 184, 185, 189, 191, 193, 197, 200, 201

psicopedagogia 83, 84, 85, 98, 103, 105, 106

pública 32, 52, 55, 60, 62, 87, 103, 110, 136, 145, 156, 160

Q

qualidade 13, 31, 47, 53, 56, 60, 61, 62, 68, 89, 128, 130, 159, 163, 164, 167, 169, 175, 176, 184, 192

R

racismo 17, 54

reflexão 18, 25, 49, 51, 56, 64, 65, 86, 88, 91, 100, 103, 106, 113, 114, 118, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 137, 145, 150, 160, 195, 196

ressignificação 50, 158, 159

riscos 129, 137, 138, 171, 182, 188, 189, 190, 192

S

sala de aula 13, 14, 18, 20, 21, 25, 52, 54, 96, 97, 104, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123, 152, 158, 174, 185, 191, 192, 193

sanitário 125, 126, 131

saúde 62, 68, 78, 83, 105, 135, 136, 137, 138, 143, 144, 145, 146, 180

senso 93, 112, 113, 120, 128, 130, 170, 196

senso-crítico 112

sexualidade 19, 21, 25, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 104, 135, 137, 138, 139, 143, 145

Síndrome de Down 163, 164, 166, 167

sociais 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 43, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 71, 77, 78, 81, 88, 89, 90, 91, 93, 95, 97, 98, 103, 113, 116, 118, 122, 126, 127, 129, 130, 143, 146, 150, 151, 152, 153, 163, 164, 166, 169, 171, 178, 180, 182, 184, 186, 192, 197, 198

sociedade 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 43, 44, 47, 51, 52, 54, 55, 56, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 118, 120, 123, 127, 130, 131, 137, 149, 150, 151, 157, 164, 167, 196, 198, 200

sociocultural 18, 50, 78, 137, 184

sociomoraís 28, 29, 35, 38, 39

surdez 168, 177

T

tecnologia 51, 77, 114, 129, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 192

tecnologias 14, 75, 77, 109, 114, 144, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 192, 193, 196

trabalho 16, 20, 25, 29, 30, 32, 33, 34, 47, 50, 54, 56, 60, 61, 64, 67, 68, 69, 70, 77, 78, 81, 90, 91, 93, 96, 98, 99, 100, 103, 104, 110, 113, 118, 119, 121, 125, 126, 131, 132, 137, 143, 144, 150, 164, 166, 172, 176, 179, 182, 183, 195, 196, 199, 200, 201, 241

transexualidade 18, 20, 84, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 103

transfobia 85, 88, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 105

U

Universidade 242

V

valores 13, 15, 16, 21, 22, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 54, 60, 62, 64, 65, 66, 69, 76, 77, 78, 80, 89, 118, 121, 122, 123, 126, 129, 131, 151, 198

valor moral 28, 31

virtude 28, 29, 30, 31

visualização 73, 74, 75, 76, 80, 81, 84, 137

visuoespacial 73, 74, 75, 80, 81, 84

Vivência 227

vulnerabilidade 96, 100, 137

